

RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.651 - MG (2014/0042970-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **MARIA JOSÉ PAULINO MARCELINO**
RECORRIDO : **JOSÉ MANGUSSI - ESPÓLIO**
REPR. POR : **MARIA DE LOURDES MANGUSSI**
ADVOGADO : **CRISTIANO SCACHETTI AVANCINI E OUTRO(S) - SP203584A**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 106):

EMENTA: APELAÇÃO – AÇÃO DE DESPEJO – CONTRATO VERBAL – PARTICULARIDADES – DENUNCIA – VALIDADE – COMPROVAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA E DO TERMO INICIAL DO CONTRATO – PRECLUSÃO – EQUIDADE – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

– Entendo que a denúncia da locação deve ser tida como válida com algumas ressalvas.
– Os documentos constantes dos autos, especificamente às fls. 15, 19 e 24/26, atestam que a requerida foi cientificada para desocupar o imóvel.

– Noutro ponto, na fase de especificação de provas, o apelante se quedou inerte, operando-se, então, a preclusão. Sendo assim, não foi minimamente provado o termo inicial do contrato, bem como qual seria o valor da locação. Aqui, destaco que a notificação encaminhada foi datada mais de dois após a suposta inadimplência.

– No entanto, importante destacar que a ré apresentou defesa por negativa geral vez que é representada pela Defensoria Pública.

– Entendo que não são devidos quaisquer aluguéis e, ou, encargos.

Noutro ponto, tenho que deverá ocorrer a desocupação do imóvel.

– Aplica-se ao caso a regra da equidade, Conforme célebre decisão do Superior Tribunal de Justiça: ""Urge preocupar-se com o Direito Justo. A justiça social não pode ser postergada. Toda lei tem a ampará-la uma norma, um princípio. A lei é mero compromisso histórico com o Direito.

Se ele não realiza a justiça, deve ser corrigido. Palavras de RADBRUCH: 'não se pode definir o Direito, inclusive o Direito positivo, senão dizendo que é uma ordem estabelecida com o sentido de servir à Justiça'" (Embargos de Divergência no Recurso Especial n. 75.864 -SC, Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, idem, Diário do Judiciário – MG, 23.05.1997).

""É preciso inquietarmo-nos com os sentimentos que fazem agir os assuntos de direito, proteger os que estão de boa-fé, castigar os que agem por malícia, má-fé, perseguir a fraude e mesmo o pensamento fraudulento. (...) O dever de não fazer mal injustamente aos outros é o fundamento do princípio da responsabilidade civil; o dever de se não enriquecer à custa dos outros, a fonte da ação do enriquecimento sem causa"". (Georges Ripert *in* A Regra Moral nas Obrigações Cíveis. Campinas: Bookseller, trad. Osório de Oliveira, 2ª ed., 2002, p. 24)

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 121/144).

O recurso especial (e-STJ fls. 168/193), fundamentado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, aponta, inicialmente, ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973, sob o argumento de negativa de prestação jurisdicional.

Suscita ofensa aos arts. 3º, 267 e 301 do CPC/1973 e ao art. 5º da LINDB. Sustenta que o acórdão recorrido teria reconhecido a "inexistência da relação locatícia" (e-STJ

fl. 184), o que configuraria falta de interesse processual em relação ao despejo, exigindo-se a extinção do feito.

Indica, por fim, dissídio jurisprudencial sobre a extinção do processo quando reconhecida a falta de interesse de agir.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 224/228).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece provimento.

Inicialmente, o Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Assim, não incorreu em omissão, contradição ou obscuridade.

Além disso, conforme a jurisprudência sedimentada ao tempo do CPC/1973, o julgador não está compelido a analisar todos os argumentos invocados pela parte, quando tenha encontrado fundamentação satisfatória para dirimir integralmente o litígio.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 515 E 535 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação dos arts. 515 e 535 do Código de Processo Civil/73 pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

[...]

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 952.131/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/6/2018, DJe 15/6/2018.)

Desse modo, quanto à alegada negativa de prestação jurisdicional, não assiste razão à parte recorrente.

Sobre o pedido de extinção total do feito, importa mencionar que, na origem, trata-se de ação de despejo cumulada com cobrança de encargos locatícios.

Analisando a relação jurídica e as provas produzidas, o Tribunal de origem concluiu pela existência do contrato, entretanto, diante da falta de comprovação dos valores dos encargos, julgou improcedente a cobrança.

Oportuno transcrever o seguinte excerto (e-STJ fl. 109 – grifei):

PASSO A DECIDIR.

Fato é que a ré teve ciência inequívoca do intuito da parte autora, qual seja, da não manutenção do contrato de locação.

Entendo que a denúncia da locação deve ser tida como válida com algumas ressalvas.

Os documentos constantes dos autos, especificamente às fls. 15, 19 e 24/26, atestam que a requerida foi cientificada para desocupar o imóvel.

No entanto, importante destacar que a ré apresentou defesa por negativa geral vez que é representada pela Defensoria Pública.

Além disso, em contrarrazões foi delineado que a requerida, pessoa humilde que se atravessa dificuldades para cuidar da saúde dos filhos, foi abandonada pelo requerido e, mais, ela desconhece a que título foi feito o acerto entre o apelante, então autor, e o requerido.

Destaco que a notificação encaminhada à autora atestou que o contrato foi entabulado entre o autor e o requerido.

Noutro ponto, na fase de especificação de provas, o apelante se quedou inerte, operando-se, então, a preclusão. Sendo assim, não foi minimamente provado o termo inicial do contrato, bem como qual seria o valor da locação. Aqui, destaco que a notificação encaminhada foi datada mais de dois após a suposta inadimplência.

Portanto, entendo que não são devidos quaisquer aluguéis e, ou, encargos, Noutro ponto, tenho que deve ocorrer a desocupação do imóvel.

Ressalto que o autor esta no exercício regular de seu direito ao pretender o despejo, contudo não logrará êxito na pretensão de receber qualquer quantia vez que não se desincumbiu de seu ônus probatório.

Portanto, ao contrário do que defende a recorrente, não houve reconhecimento de falta de interesse de agir quanto à ação de despejo.

O acórdão concluiu que havia o contrato, tendo por isso afastado a inexistência proclamada na sentença (e-STJ fls. 75/78). Todavia, a falta de prova inviabilizou a pretensão de cobrança.

Tratando-se de cumulação simples de pedidos, sem relação de dependência, nada impede que haja soluções autônomas entre o despejo e a cobrança, como ocorreu.

Portanto, não ficou configurada a falta de interesse de agir.

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator